



**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

**Considerando que:**

- No passado dia 17 de fevereiro, foi aprovada uma resolução pela Assembleia da República que recomendava ao Governo, nomeadamente, que tomasse todas as medidas necessárias para a despoluição do rio Vizela, que fossem investigados os incidentes de poluição que ali ocorrem e que fosse elaborado um plano para a recuperação das zonas envolventes.
- Na última audição regimental, na Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação, o Sr. Ministro do Ambiente, respondendo a uma questão colocada pelo Deputado do CDS-PP, Álvaro Castello-Branco, referiu que “estamos a trabalhar muito a sério o Rio Vizela” e que no próximo dia 21 de junho será apresentado publicamente todo o trabalho que está a ser feito. Afirmou, ainda, que é reconhecido pelos ambientalistas que “já se sente uma melhoria”.
- Acontece que, conforme alerta da QUERCUS, no dia de hoje (10 de maio de 2017) ocorreu nova “descarga ilegal de efluentes domésticos e industriais, situado junto à ribeira de Calvelos, a 100 metros do local onde desagua no rio Vizela”.
- Refere, ainda, tal comunicado que “as descargas no rio Vizela têm sido recorrentes e foram já registadas diversas denúncias, através da população ou associações de defesa do ambiente, mas nenhuma surtiu efeito até ao momento”.
- Do que se percebe do Comunicado daquela entidade, bem como do sentimento da população e outras associações da região, não estão a ser tomadas as medidas necessárias, por parte dos organismos competentes, para a resolução desta situação, que coloca em causa a saúde pública e também a qualidade ambiental das populações.

**Assim:**

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alínea d) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, cujo n.º 3 fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

Os Deputados do CDS-PP, abaixo-assinados, vêm por este meio requerer ao Ministro do Ambiente, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, respostas às seguintes perguntas:

**1 – O Ministério do Ambiente tem conhecimento desta nova descarga poluente ilegal no rio Vizela?**

**2 – Quais são as medidas que o Ministério já tomou para solucionar tal situação e o para o apuramento de todas as responsabilidades?**

**3 – Quais são as medidas que o Ministério do Ambiente já desenvolveu para o cumprimento da última Resolução da Assembleia da República para a despoluição do rio Vizela?**

**4 - O Ministério do Ambiente confirma que no próximo dia 21 de junho será feita a apresentação pública de todo o trabalho desenvolvido para a despoluição do Rio Vizela e para, definitivamente, acabar com as descargas ilegais como a supra descrita?**

Palácio de São Bento, quarta-feira, 10 de Maio de 2017

Deputado(a)s

TELMO CORREIA(CDS-PP)

VÂNIA DIAS DA SILVA(CDS-PP)

ÁLVARO CASTELO BRANCO(CDS-PP)

PATRÍCIA FONSECA(CDS-PP)

ILDA ARAÚJO NOVO(CDS-PP)